

## 1ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI/RJ

A **Dra. Roberta Lima Carvalho**, MMa. Juíza do Trabalho da 1ª Vara do Trabalho do Niterói/RJ, **FAZ SABER**, a todos quanto possam interessar que será realizado leilão público pela Leiloeira **TASSIANA MENEZES**, nos termos deste **EDITAL DE LEILÃO**, abaixo estabelecidos:

PROCESSO n°: 0228900-06.2006.5.01.0241- Reclamação trabalhista.

EXEQUENTE: ROBERTO CARLOS CORREIA GUIMARÃES, CPF: 739.736.103-04;

EXECUTADOS:

- **JORPLAN PLANEJAMENTO E VENDAS LTDA ME,** CNPJ: 31.839.418/0001-10, na pessoa do seu representante legal;
- MARCELLO RODRIGUES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,
   CNPJ: 08.932.736/0001-00, na pessoa do seu representante legal;
- JORGE INÁCIO MARCELLO RODRIGUES, CPF: 675.502.407-44;
- PAULO ROBERTO MARCELO RODRIGUES, CPF: 783.988.787-20;

## **INTERESSADOS:**

- OCUPANTE DO IMÓVEL;
- PREFEITURA DE NITERÓI/RJ;
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ: 00.360.305/0001-04, na pessoa do seu representante legal;
- CONDOMÍNIO DA VILA JOÃO COELHO BRANDÃO, CNPJ: N/C, na pessoa do seu representante legal;
- 1° LEILÃO: Dia 05/12/2024, às 14:00hs. <u>LANCE MÍNIMO</u>: <u>R\$ 800.000,00</u>, correspondente ao valor da avaliação. Não havendo lance, seguirá sem interrupção ao:
- **2° LEILÃO:** Dia **12/12/2024**, às **14:00hs**. **LANCE MÍNIMO: R\$ 400.000,00**, correspondente a **50%** do valor da avaliação.



**DESCRIÇÃO DO BEM:** DIREITOS AQUISITIVOS DERIVADOS DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (R.12) SOBRE O IMÓVEL CONSTITUÍDO PELA CASA N. 9, SITUADO NA RUA SANTA ROSA, N. 109 E SEU RESPECTIVO TERRENO que mede: 12,40m de largura na frente para a entrada de servidão, igual largura nos fundos, por 29,00m de extensão pelo lado direito e 29,50m pelo esquerdo, confrontando do lado direito com o lote 5, do lado esquerdo com o lote 7 e nos fundos com as casas 16, 18 e 20 da Rua Santa Rosa, n. 93.

Matrícula: 7.523 do Registro de Imóveis da 8ª Circunscrição de Niterói/RJ.

**ÔNUS:** A **PENHORA** do bem encontra-se no ID. 9aa39a5 dos autos. Consta, no **R.12**, **ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** em favor de Caixa Econômica Federal. Consta, na **AV.14**, **INDISPONIBILIDADE** derivada destes autos. **Débitos fiduciários:** a apurar, sendo ônus do arrematante a verificação perante o credor fiduciário. **Débitos condominiais:** a apurar, sendo ônus do arrematante a verificação perante os órgãos competentes.

**CONTRIBUINTE n°:** 150.532; Não foi possível apurar a existência de débitos fiscais, sendo ônus do arrematante a verificação perante os órgãos competentes. **DEPÓSTÁRIO:** Jorge Inácio Marcello Rodrigues, coexecutado.

**Avaliação:** R\$ 800.000,00, em agosto de 2024.

**Débito da ação: R\$ 126.044,38**, em março de 2024, a ser atualizado até a data da arrematação.

I - OBRIGAÇÕES E DÉBITOS: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado, verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação. As despesas e os custos relativos à sua transferência patrimonial, correrão por conta do arrematante. A hipoteca e as penhoras serão extintas com a arrematação, de modo que o arrematante não será obrigado a pagar nenhum valor referente a elas. Débitos tributários e condominiais (*propter rem*) serão sub-rogados no valor da arrematação (art. 130, *caput* e parágrafo único, CTN e art. 908, § 1°, CPC), os quais ficam a cargo dos interessados em pesquisar e confirmar diretamente nos órgãos competentes, bem

## TASSIANA MENEZES

como eventual saldo remanescente destes débitos serão arcados pelo arrematante, salvo expressa determinação em contrário.

II - PUBLICAÇÃO DO EDITAL E LEILOEIRO: O edital, com fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado, será publicado na rede mundial de computadores, no portal <a href="www.tassianamenezes.com.br">www.tassianamenezes.com.br</a> (art. 887, §2°, do CPC), local em que os lances serão ofertados, e será conduzido pela Leiloeira Oficial, **Sra. Tassiana Menezes de Melo**, matriculada na JUCERJA n° 216, na MODALIDADE ELETRÔNICA.

III - DA DURAÇÃO DO LEILÃO: Os leilões terão duração de 20 minutos após os horários estabelecidos nos tópicos acima. Caso haja lance no certame, o sistema, de forma automática, prorrogará por mais 03 minutos para que haja a possibilidade da disputa.

IV - PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: a) À VISTA: Por meio de guia de depósito judicial, no prazo de até 24hs, em conta judicial na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência nº 2732, após o encerramento do leilão, a ser emitida pelo Leiloeiro e enviada por e-mail ao arrematante, sendo que o pagamento à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado; b) PARCELADO (art. 895, CPC): As propostas para pagamento parcelado devem atender aos requisitos da lei e devem ser enviadas antes do início de cada pregão para a Leiloeira, no e-mail contato@tassianamenezes.com.br, a serem apreciadas diretamente pelo MM. Juízo; e, c) PELOS CRÉDITOS (art. 892, §1°, CPC): Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará a diferença, no prazo de 3 dias, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação.

V - COMISSÃO E SEU PAGAMENTO: A comissão da Leiloeira será de 5% sobre o valor da arrematação, no prazo de 24hs após o encerramento do leilão, que <u>não</u> está incluído no valor do lance, por meio de <u>depósito judicial, em conta judicial na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência nº 2732.</u> Se houver desistência da arrematação, a comissão será devida à Leiloeira. Se houver <u>acordo após a juntada do edital</u>, é devida a comissão de 2% à Leiloeira sobre o valor acordado, a cargo das partes, a título de compensação pelos trabalhos realizados. Caso haja <u>remição ou</u>



<u>cumprimento da obrigação</u>, o devedor que remiu ou cumpriu a obrigação arcará com a comissão de 2% devida à Leiloeira sobre o valor remido ou pago.

VI - FALTA DE PAGAMENTO: O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão da Leiloeira, no prazo aqui estipulado, configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante, podendo este ser impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897, CPC), bem como obrigado a pagar o valor da comissão devida ao Leiloeiro, conforme aqui estabelecido.

**VII - CIENTIFICAÇÃO**: Para fins do quanto disposto no art. 889, e seu parágrafo único, do CPC, ficam cientes as partes, seus respectivos cônjuges ou companheiros, e interessados acima informados ou não, os quais não poderão alegar desconhecimento diante de sua publicidade no sítio eletrônico informado.

Todas as regras e condições gerais de venda do bem e do Leilão estão disponíveis no Portal www.tassianamenezes.com.br.

Este certame é regido pelas normas e penas previstas no Código de Processo Civil, Código Penal, Resolução CNJ n° 236/2016, Decreto n° 21.981/1932 e demais normas aplicáveis, em especial no que diz respeito à inadimplência, desistência, tentativa de impedir ou atrapalhar o certame e reparação de danos.

Não constam comunicado nos autos demais débitos, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data.

Eu,	, diretor(a), c	conferi

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2024.

Dra. Roberta Lima Carvalho,

Juíza Federal